

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.479 - PR (2015/0024656-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : ELISEU ANTONIO BORGES
ADVOGADOS : Nanci Terezinha Zimmer Ribeiro Lopes - PR020879
ELENICE HASS DE OLIVEIRA PEDROZA E OUTRO(S) -
PR032339
RECORRIDO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : FABIANO NEVES MACIEYWSKI E OUTRO(S) - PR029043
FERNANDO MURILO COSTA GARCIA - PR042615
FERNANDA KOSLOSKI HEINZEN - PR063634

EMENTA

PROCESSO CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS POR VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. INVALIDEZ NOTÓRIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança de seguro DPVAT.
2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez.
4. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência.
5. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao termo inicial da contagem do prazo prescricional, tendo em vista o reconhecimento da notoriedade da invalidez, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ELISEU ANTONIO BORGES com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: de cobrança do seguro obrigatório - DPVAT ajuizada pelo

recorrente em face de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A na qual requer o pagamento da indenização securitária em razão de acidente de trânsito.

Sentença: extinguiu o processo com resolução de mérito ante o reconhecimento da prescrição da ação.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente, nos termos do acórdão, assim ementado:

ACÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT
APELAÇÃO CÍVEL - SINISTRO OCORRIDO EM 25.12.2003 -
TRATAMENTO DE SAÚDE QUE COMPROVADAMENTE SE
ESTENDEU ATÉ 27.01.2004 - PRESCRIÇÃO TRIENAL -
INTELIGÊNCIA DO ART. 206, §3º, INCISO IX, DO CÓDIGO
CIVIL - CONSUMAÇÃO DO LAPSO ANTES DA
PROPOSITURA DA DEMANDA - PRETENSÃO SECURITÁRIA
PRESCRITA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO
PROVIDO.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso Especial: alega violação dos arts. 535, II, do CPC/73, e 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, aduz que o marco inicial para a fluência da prescrição é a partir da ciência inequívoca da incapacidade da vítima, que se deu com o laudo médico pericial lavrado em 10/09/2009.

Em sede de reexame da matéria repetitiva, o Tribunal de origem manteve o acórdão recorrido, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - DPVAT - RECURSOS
REPETITIVOS - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - DETERMINAÇÃO
DO ARTIGO 1030, II, CPC/2015 - DECISÃO EM
CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SINISTRO OCORRIDO EM
25/12/2003 - TRATAMENTO DE SAÚDE QUE
COMPROVADAMENTE SE ESTENDEU ATÉ 27/01/2004 -
INVALIDEZ NOTÓRIA - INTELIGÊNCIA DO ART. 206, §3º,
INCISO IX, DO CÓDIGO CIVIL - CONSUMAÇÃO DO LAPSO
ANTES DA PROPOSITURA DA DEMANDA - PRETENSÃO
SECURITÁRIA PRESCRITA - ACÓRDÃO DE ACORDO COM
O ENTENDIMENTO DO STJ - JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO
REALIZADO - ACÓRDÃO MANTIDO.

A Vice-Presidência do TJ/PR, nos termos do art. 1.030, V, "c", do CPC/15, tendo em vista o não exercício do juízo de retratação, admitiu o recurso especial, vindo-me conclusos os autos em 25/10/2018.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/1973

- Da violação do art. 535 do CPC/73

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos e contraditórios (quanto ao termo inicial do prazo prescricional), de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 535 do CPC/73, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da Prescrição - Seguro DPVAT

A Segunda Seção desta Corte Especial, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, consolidou o entendimento no REsp n. 1.388.030/MG, de relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, no sentido de que *o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado*

teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, e que exceto nos casos de invalidez permanente notória, ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico.

No mais, da leitura do voto condutor do julgamento do recurso especial repetitivo, percebe-se claramente que o entendimento pacificado neste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional é a data em que a vítima tem ciência inequívoca da sua invalidez que, todavia, nos termos do art. 334 do CPC/1973, não pode ser presumida.

Assim, a data de emissão de laudo médico atestando a invalidez permanente é considerada como prova do referido conhecimento inequívoco. Demais conjecturas fáticas que levam à presunção deste conhecimento não são aceitas pela jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, à exceção da invalidez notória em hipóteses como amputação de membros ou quando o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução.

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem consignou expressamente tratar-se de invalidez notória, nos seguintes termos:

Na hipótese em exame, é possível notar que todos os documentos apresentados, especialmente aqueles que se referem aos atendimentos médicos do autor, são datados do final de 2003 ou início de 2004 (fls. 16/23 e 220 - CD-Rom anexado aos autos).

Os documentos de fl. 16/23 demonstram que o autor foi atendido no Hospital São Rafael no dia 25.12.03. Consta, ainda, que um mês após o sinistro ele foi ao Hospital Universitário buscar tratamento para sua lesão (em 27.01.2004 - fls. 220 - CD-Rom anexado aos autos).

Após esta data, não há qualquer evidência de que tenha ocorrido alguma causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, principalmente em relação à submissão do litigante a algum tratamento de recuperação.

Por ocasião da perícia judicial realizada (fls. 206/207), cujo laudo data de 26.10.2012, atestou-se que do acidente resultou "a) cicatrizes de queimadura em perna direita e esquerda, com área de doação de retalho em coxa esquerda; b) dor e limitação dos movimentos leve em membro inferior esquerdo", ocasionando uma invalidez permanente parcial na porcentagem de 12,5%.

Ocorre que a lesão informada não pode ter passado despercebidas pelo autor durante quase sete anos, não sendo crível que

este somente tomou conhecimento em definitivo da lesão permanente quando da realização da perícia. (e-STJ fls. 296/297)

Em sede de juízo de reexame da matéria repetitiva, o Tribunal de origem ratificou o entendimento no sentido da notoriedade da invalidez, nos seguintes termos:

Ora, o acórdão que pronunciou a prescrição da pretensão do autor, mantendo a decisão proferida em primeiro grau, está de acordo com o entendimento do STJ, visto que considerou a notoriedade da invalidez. (e-STJ fl. 498)

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao termo inicial da contagem do prazo prescricional, tendo em vista o reconhecimento da notoriedade da invalidez, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora